



EDITORIAL

AIDS: UM BRINDE SOCIAL

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ

No Brasil de hoje é extremamente problemático ficar doente ou se conseguir fazer um "check-up". Os custos de tratamento e de avaliações clínicas são elevados, os hospitais públicos não funcionam adequadamente, os seguros ou planos de saúde não asseguram assistência completa e os profissionais de saúde se sentem desmotivados pela carência das instituições e pelos baixos salários.

Os complexos significados embutidos na infecção HIV/Aids estão associados às questões humanas não resolvidas como morte e sexualidade. A milenar equação amor-sexo-vida é substituída por amor-sexo-morte, causando enorme impacto que gera perplexidade, medo, insegurança e discriminação.

No Brasil a associação de crises econômica, social, familiar, institucional e de valores vem desencadeando desdobramentos particulares que amplificam e interligam abandono social, tóxicos e disseminação do vírus da Aids. O abuso, tolerância e dependência às drogas se comportam como cadeia contínua auto-sustentada, que para os indivíduos dependentes é resposta adaptativa necessária ao suporte de personalidade em nítida desvantagem social. Nessa circunstância, enquadram-se a adolescência e alguns que por fragilidade e característica de personalidade são naturalmente insensíveis aos limites das regras sociais.

O impacto da pressão econômica se faz sentir no indivíduo, reverbera

na família e pela ruptura social, associada à inconsistência de planejamento político-administrativo, conduz as famílias a se organizarem alternativamente nas ruas, calçadas, viadutos e praças dos grandes centros urbanos com padrões educacionais, culturais e éticos indefinidos, ampliando coletivamente as desvantagens individuais. Esta adaptação natural é desencadeadora de violência, abuso sexual, uso de drogas e, na esteira desse processo, a disseminação crescente do HIV.

Na realidade, o atual surto epidêmico entre menores, adolescentes e mulheres, dependentes de drogas ou não, representa um brinde social desse brutal processo de desagregação e tentativa individual e coletiva de ajustamento.

Qualquer estratégia que vise a contenção do crescimento da disseminação do HIV nesses grupos em alto risco, para causar impacto sobre a reverberação e intensificação social da epidemia, deverá obrigatoriamente passar pela reordenação social, familiar, educacional e, finalmente, do sistema de saúde pública e assistência médica.

Portanto, enquanto políticos, dirigentes, entidades, empresários, intelectuais, indivíduos de saber e a sociedade brasileira não encontrarem uma saída política global para a atual crise com re-equacionamento de sua organização social, econômica, urbana e educacional, a saúde pública no Brasil continuará vitimada pelo modelo e

o vírus da Aids grassará livremente no terreno fértil da pobreza, desorganização, do abandono, ineficiência, falta de seriedade, omissão, incompetência e irresponsabilidade.

O peso da atual crise econômica poderá trazer conseqüências trágicas para o programa de controle de Aids no Brasil. A vitória na estabilização da epidemia HIV/Aids em território brasileiro aliado ao bem-sucedido programa de medicamentos anti-HIV para a população se transformarão em fracasso. Os cortes orçamentários no setor de saúde criarão dificuldades para a distribuição gratuita de anti-retrovirais. Este fato colocará em risco a vida dos indivíduos recentemente identificados, pela indisponibilidade dos medicamentos, bem como a suspensão abrupta da medicação poderá causar a emergência generalizada de resistência ao tratamento, aparecimento de novos mutantes virais e novo surto epidêmico.

Desta forma é esperado que o aperto orçamentário anunciado para o Ministério da Saúde preserve o programa nacional de Aids. Verdadeiramente encontra-se em risco a sociedade e o futuro do país, pelas conseqüências incontroláveis que poderão advir. É muito desagradável estar com Aids ou infectado pelo HIV e não ter a quem recorrer ou onde obter tratamento. Pior ainda é não poder ser avaliado para qualquer tipo de doença por ausência de serviços públicos adequados em prevenção ou diagnóstico precoce.